

## *Marcas da guerra da Restauração nas Misericórdias portuguesas de fronteira*

Maria Marta Lobo de Araújo

A declaração da independência portuguesa em 1640 pôs termo à União Ibérica e abriu portas a um conflito que, apesar de descontínuo, se arrastou até 1668. Após a aclamação do novo rei, urgia preparar a defesa e planejar a estratégia de guerra, pois a oposição armada de Castela à tomada de posição portuguesa era previsível<sup>1</sup>. A preparação do exército e a defesa das terras de fronteira ganharam precedência nas acções a desenvolver pelo poder restaurado.

Neste trabalho estudamos as consequências deste conflito em duas Misericórdias de fronteira: Vila Viçosa e Monção e damos destaque ao embate da guerra nestas instituições, provocado pelas manobras ofensivas do exército castelhano. Estas irmandades, por estarem situadas nas duas regiões onde o conflito foi mais intenso, (Alentejo e Minho) sentiram fortemente o seu impacto.

As marcas deixadas pela guerra da Restauração nas Misericórdias portuguesas foram variadas e em alguns casos permaneceram bem para além do conflito.

Com a guerra, as fronteiras transformaram-se em locais de presença massiva de soldados e gente de guerra em ambos os lados da raia, quer no Minho e na Galiza, quer no Alentejo e na Estremadura espanhola<sup>2</sup>.

Instituições raianas, as Santas Casas mencionadas conheceram a destruição do seu património, empenharam-se no tratamento dos soldados doentes, procederam

<sup>1</sup> Sobre os preparativos da guerra leia-se R. Bebiano, *A pena de Marte. Escrita de guerra em Portugal e na Espanha (sécs. XVI-XVIII)*, Coimbra 2000, p. 111.

<sup>2</sup> Para este assunto confira-se F. Cortés, “Guerra en Extremadura 1640-1668”, *Revista de Estudios Extremeños* 38/1 (Badajoz 1982), pp. 45-50.

ao enterro de militares defuntos e assistiram à incorporação dos militares nas suas fileiras de irmãos e nos seus corpos dirigentes.

O percurso das duas Misericórdias em estudo pode ajudar a compreender o seu envolvimento directo no conflito, embora tenham em comum o facto de serem terras de fronteira e por esse motivo estarem mais vulneráveis aos ataques.

A Santa Casa de Vila Viçosa é uma instituição manuelina, em funcionamento pelo menos desde 1510. Manteve desde sempre uma forte ligação à Casa de Bragança que a protegia e a mantinha sob a sua alçada.

O poder dos duques na Santa Casa era quase ilimitado e exercia-se sob duas vertentes: uma decorrente da presença física dos duques, que moravam na vila, eram seus confrades e interferiam largamente na sua vida; e outra, feita de forma mais formal, através de um conjunto de cartas enviadas à confraria, associada ao facto de ser acompanhada de legados que tornavam a Santa Casa permanentemente dependente do Paço ducal<sup>3</sup>.

Por outro lado, a criação de estruturas de assistência por parte dos duques e a sua entrega à Misericórdia conferiu à Casa de Bragança uma forte ingerência nos assuntos da confraria.

Até à morte de D. João IV, irmão da Santa Casa de Vila Viçosa, os duques definiram as principais linhas de acção da irmandade. Resolviam, financiavam, aconselhavam e determinavam. Após a morte do rei desapareceu esta protecção directa dos duques e os confrades ficaram sem âncora, apenas entregues a si próprios, accionando o poder simbólico dos duques sempre que havia problemas graves a resolver.

A presença dos duques na Santa Casa acentuou-se no período em que Portugal esteve sob o domínio Filipino. Contrariamente às restantes Misericórdias que mantinham uma relação privilegiada com a Coroa, em Vila Viçosa essa relação assentava na Casa de Bragança. Não é por acaso que se reduziram ao mínimo os contactos entre a Santa Casa e a Coroa durante os 60 anos de governo Filipino. A atitude da Casa de Bragança reproduzia o comportamento da Coroa face à Misericórdia de Lisboa no tocante ao patrocínio, embora se devam ressaltar alguns aspectos de grande importância. Para além de privilegiarem a Santa Casa com os legados que lhes deixaram, os duques definiram os seus principais vectores de actuação: assistência aos doentes, aos órfãos, aos velhos e entrevados, aos pobres envergonhados e aos presos. Mas se a estruturação da

<sup>3</sup> ASCMVV, 375/VAR. 11, Maço nº 15.

acção da confraria em termos assistenciais foi basilar, a Casa de Bragança financiou também as principais obras da irmandade, facilitou a aquisição de propriedades e dotou as estruturas edificadas de condições de funcionamento, pagando a roupa das enfermarias, dotando o hospital de pessoal adequado e contribuindo para a alimentação dos enfermos.

Este fortalecimento da Misericórdia verificou-se maioritariamente entre 1580 e 1640 e atesta o grau de ingerência do Paço nos assuntos da Santa Casa, instituição de “imediate protecção régia”.

A relação estabelecida foi tão intensa e próxima que em alguns momentos a Misericórdia se transformou numa sucursal da Casa ducal, perdeu a sua autonomia e foi “gerida” pelos duques D. Teodósio II e D. João II.

Os duques mais do que dominarem a Misericórdia “eram” a Misericórdia.

Também a Santa Casa de Monção é tida como sendo uma criação do reinado de D. Manuel, embora não existam fontes que o atestem<sup>4</sup>. A mesma falta de documentação não possibilita esclarecer a vida desta instituição até às últimas décadas do século XVI, sabendo-se apenas que incorporou, em 1561, a gafaria de São Gião e que, no período seguinte, manteve uma intensa actividade de ajuda aos pobres, aos peregrinos que iam para Santiago de Compostela e aos presos. É, por conseguinte, muito difícil traçar a sua evolução até aos começos do século XVII. Mas a destruição do seu cartório pela guerra impossibilitará uma vez mais o seu estudo durante o conflito.

O percurso da Santa Casa de Monção em nada se assemelha ao da de Vila Viçosa até 1640. Depois desta data, os caminhos de ambas tornaram-se similares por força da guerra e do envolvimento no conflito. Também porque a Santa Casa de Vila Viçosa passou, com a morte de D. João IV, a ser uma Misericórdia semelhante a todas as outras, não contando mais com o patrocínio da Casa ducal.

De terra pacata, a vila de Monção passou após 1640 por uma atribulada situação de guerra que alterou profundamente a vida da Misericórdia.

<sup>4</sup> Nas *Memórias Paroquiais* de 1758, o pároco relator da freguesia de Monção atesta que a Santa Casa é uma instituição manuelina. Leia-se J. Capela, *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga 2003, p. 405.

*A destruição do património*

Depois de proclamada a independência, a guerra era certa e foram tomadas diligências para resistir ao combate que se avizinhava. Vila Viçosa, por ser terra de fronteira, mas também por sobre ela cair uma enorme carga simbólica, começou a preparar-se militarmente no princípio de 1641<sup>5</sup>. Foi necessário efectuar obras de reparação no aparelho defensivo, abrir trincheiras e construir edificações defensivas. Urgia ainda nomear chefes militares e organizar o exército.

A guerra da Restauração afectou as duas confrarias em várias vertentes, sendo o efeito do conflito particularmente sentido no do seu património urbano.

Em Monção, a vila foi cercada pelo exército espanhol e destruídas as suas estruturas, arrasando também a Misericórdia. A vila permaneceu sob o seu domínio entre 1659 e 1668. Por esta razão e pela sua localização geográfica, a destruição no seu património urbano foi mais forte do que em Vila Viçosa.

O complexo da Santa Casa minhota sofreu danos tão grandes que os consertos efectuados não satisfizeram os confrades, impelindo-os para uma nova construção logo que se tornou possível. A Misericórdia foi destruída pelas “baterias que na dita praça velha fizeram os castelhanos”. Para além da destruição que provocou o exército invasor, este utilizou pedra da sua igreja na nova fortificação que edificou na vila.

Nos primeiros anos após a assinatura do tratado de Paz em 1668, os confrades procederam ao conserto não apenas das alfaias que tinham sido danificadas pela guerra, mas também do restante património. Assim, em 1670, mandaram arranjar as bandeiras que estavam danificadas, ao pintor Manuel Alves e, olear o *Ecce Homo*. No mesmo ano resolveram fazer obras no quintal, para consertar uma parede que estava derrubada em consequência dos ataques. O restauro do muro exigiu vários dias de trabalho e muitos pedreiros. O salário pago a 12 oficiais de alvenaria prova isso mesmo. Por outro lado, os carros de bois que transportaram o barro e a pedra atestam a chegada de material para a obra, vindo de algumas aldeias vizinhas. Depois de concluído o conserto, o quintal foi fechado com um portal, cerceando a entrada a estranhos.

<sup>5</sup> Os preparativos para as hostilidades envolveram toda a vila. As actas de vereação demonstram a actividade camarária neste momento, destacando o papel que esta instituição desempenhou no levantamento de toda a estrutura defensiva. Veja-se J. Espanca, *Memórias de Vila Viçosa* 8 (Vila Viçosa 1983), pp. 7-33.

Na igreja, sacristia e consistório realizaram-se obras de vulto. O templo e o pátio da entrada foram lajeados, consertaram-se as portas e as janelas e mandaram-se fazer bancos. Foi também pintado o arco da porta principal. Encomendaram-se dois retábulos para os altares colaterais e o retábulo do altar-mor foi consertado pelo imaginário Francisco Lopes, de Caminha. Nas janelas colocaram-se cortinas vermelhas e os altares colaterais foram revestidos de damasco. Adquiriram-se ainda amitos, frontais, toalhas para as mãos e uma toalha para o altar-mor. Na capela-mor pintaram-se os caixotões. Todo o soalho foi também melhorado. O consistório foi caiado e mandaram-se fazer e pintar dois guarda-roupas.

As alterações existentes no património urbano da confraria atestam os estragos existentes e através deles é possível conhecer o estado em que se encontrava a igreja no pós-guerra.

Deve ainda assinalar-se a prontidão com que a confraria desejou apagar as marcas da guerra, por enfraquecerem o seu poder simbólico.

Estes melhoramentos provam também a capacidade financeira da instituição neste momento.

Apesar de grandes, as obras não estavam concluídas, tendo sido interrompidas, provavelmente, pela falta de verbas.

Passados dois anos, em 1673, a Santa Casa envolveu-se em mais trabalhos dentro da igreja, mandando fazer o púlpito, uma porta e o pátio.

De novo foi necessário pagar a carpinteiros, a pedreiros e a pintores. Nesta altura, a irmandade encontrava-se numa fase em que aguentava obras em curso e emprestava dinheiro a juro<sup>6</sup>. Ou seja, dispunha de liquidez suficiente para em simultâneo despender nestes dois sectores.

Neste momento, tudo fazia acreditar que os confrades estavam satisfeitos com os consertos realizados e com as mudanças na Casa e igreja. Há, no entanto, que assinalar um rápido crescimento da instituição, visível não apenas nos aspectos mencionados, mas também no número de pobres que assistia. A partir de 1674, a Santa Casa começou a operar com um “rol de pobres”<sup>7</sup>, ainda que muito pequeno quando comparado com o de outras congéneres, que provia regularmente. Cresceram também as esmolas a passageiros e a pobres que se encontravam na vila. Este dinamismo da Misericórdia e algum desafogo financeiro estarão na base da decisão tomada pelos confrades passados alguns anos.

<sup>6</sup> ASCMM, *Livro de receita e despesa 1668-1681*, n.º 18, fols. 99-100.

<sup>7</sup> Lista de pobres beneficiados mensalmente.

*A construção do novo complexo*

Apesar das obras, os irmãos não se conformavam com o desgaste provocado pelos ataques do exército espanhol e logo que puderam lançaram mãos à construção de um novo projecto, que incluía a igreja, a sacristia e o consistório. Essa decisão foi tomada em 1690, quando se resolveu construir um novo templo noutra local, mais alargado e moderno. Os confrades presentes em cabido com os irmãos do cento <sup>8</sup>

chamados conforme uso e costume que porquanto esta Santa Casa estava para se vir ao chão, se havia de fazer de novo e não ter sítio bastante para se alargar e fazer-se uma Casa de Consistório capaz.

Como acordaram todos que se

mudase [para] fora no terreiro, no sítio mais capas, importante ao Serviço de Nossa Senhora e utilidade da terra, porquanto a despeza que se havia de fazer nesta era melhor fazer-se em melhor sítio e por haver efeitos com que se fazer a dita obra e se não desta fazerem as rendas <sup>9</sup>.

A Misericórdia deixava o velho local em que estava localizada e sedeava-se num espaço mais amplo, onde então pulsava a vida da terra. Os confrades podiam ter optado por reconstruir a Santa Casa no local da fundação, mas desejavam aumentá-la e sentiam-se encorajados por alguns legados que entretanto começaram a receber <sup>10</sup>. Alegaram ainda falta de espaço para o projecto que queriam construir.

Os irmãos pretendiam ampliar, modificar e modernizar a sua antiga sede, fazendo-o através da construção de um novo complexo arquitectónico.

Para a obra, o monarca contribuiu com uma ajuda de 400 mil réis, pagos em prestações ao longo de quatro anos <sup>11</sup>.

<sup>8</sup> Reunião de todos os irmãos.

<sup>9</sup> ASCMM, *Tombo dos bens e propriedades pertencentes á Santa Casa da Misericórdia de Monção 1788*, fol. 16v.

<sup>10</sup> Sobre a construção da “nova Misericórdia” leia-se M. Araújo, “A Santa Casa da Misericórdia de Monção (séculos XVII-XVIII)”, in J. Capela (dir.), *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga 2003, pp. 141-142.

<sup>11</sup> ASCMM, *Tombo dos bens e propriedades...*, fols. 14-14v.

Eu el rei faço saber ao vedor geral da Província do Minho que havendo respeito ao que pela petição e mais papéis juntos me representaram o provedor e mais irmãos da Misericórdia da vila de Monção acerca de lhe mandar fazer a perda que lhe cauzou o inimigo em coatro mezes que teve de sitio a dita villa, arruinando-lhes com as batarias não só a igreja mas também duas moradas de cazas que tinham na dita vila e outras que lhe erão foreiras, aproveitando-se das materias para a nova fortificação que o mesmo inimigo mandara fazer, pedindo-me lhes fizesse mercê mandar-lhes consignar a esmola que fosse servido para poder continuar a nova igreja que tinham principiado e não podião acabar, por ser mui pobre a dita Caza da Misericórdia, e visto seu requerimento e informações que sobre ele mandei tirar e respostas da Contadoria Geral da Guerra e do procurador Geral da Fazenda dos Três Estado e por constar que os castelhanos se valerão para fortificação que ficou na dita villa dos materiaes da Igreja e Cazas da Misericórdia de que os oficiais fazem menção, hei por bem e vos ordeno que pelos feitos das fortificações dessa província façais pagar aos suplicantes quatro centos mil réis de ajuda de custo que lhe mando dar para a dita obra, pagos em coatro anos, para ser mais ténuo o pagamento, por assim o resolver <sup>12</sup>.

O recurso ao monarca para ajudar na construção de grandes projectos foi muito corrente nas Misericórdias <sup>13</sup>. Em Aveiro, o apoio de Filipe II de 4.000 cruzados, em 1598, foi fundamental para a construção do novo projecto: igreja, casa do despacho e hospital <sup>14</sup>. Instituições de “imediate protecção régia”, estas confrarias serviam-se desta ligação ao rei para pedir e não apenas para realizar obras. As doações régias destinavam-se a várias finalidades e ocorreram quer para a metrópole quer para o império <sup>15</sup>.

<sup>12</sup> ASCMM, *Tombo dos bens e propriedades...*, fol. 16.

<sup>13</sup> Embora erecta em 1613, a Misericórdia de Mangualde não tinha sede própria em 1720. Por isso, nesta altura decidiu construí-la, tendo pedido ao monarca a quantia de 200 mil réis do cofre dos órfãos do concelho. A autorização régia chegou a seis de Maio do mesmo ano. Veja-se A. Alves, *A igreja da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde*, Viseu 1993, p. 7.

<sup>14</sup> Para este assunto consulte-se A. Barreira, *Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Poder, Pobreza e Solidariedade*, Aveiro 1998, p. 65.

<sup>15</sup> A propósito das concessões régias e pedidos de esmolas das Misericórdias ultramarinas veja-se, I. Sá, “As Misericórdias no Império Português [1500-1800]”, em *500 Anos das Misericórdias Portuguesas. Solidariedade de Geração em Geração*, Lisboa 2000, p. 105.

Muitas Misericórdias optaram também pela construção de um novo edifício. Bem perto de Monção, em Valadares, a Santa Casa local decidiu-se igualmente pela edificação de uma “nova Misericórdia”, em 1688, em consequência da destruição que a guerra provocou no seu templo <sup>16</sup>.

Também a Misericórdia de Almeida foi destruída com a guerra. Os estragos foram tão grandes que foi necessário construir uma nova, em 1692. Para as obras os confrades contaram com várias ajudas, tendo recebido cem mil réis de D. Catarina de Bragança, viúva de Carlos II de Inglaterra <sup>17</sup>.

Logo que foi possível, ambas as confrarias trataram de dar corpo a novos projectos, tendo Valadares iniciado três anos antes as suas obras.

Como se verifica, a situação experimentada pela Santa Casa de Monção não foi exclusiva. Todas as suas congéneres do Alto Minho sofreram bem de perto os efeitos da guerra, assistindo ao envolvimento do seu património no conflito bélico e à sua destruição. Todavia, por circunstâncias particulares, no Minho, apenas Monção e Valadares construíram novas Casas.

O projecto da nova Misericórdia de Monção iniciou-se em 1691, mas prolongou-se por alguns anos e mesmo depois de a inaugurarem, em 1703, as obras mantiveram-se, demonstrando que a mesma reunia algumas condições, mas não estava acabada.

Mas a destruição não ocorreu somente no património arquitectónico. Os arquivos foram muito danificados em várias Santas Casas.

Para Vila Viçosa não existem notícias que façam luz sobre o estado em que ficou a Santa Casa, mas sabemos que alguns conventos e igrejas da vila ficaram parcialmente destruídos com os ataques dos militares espanhóis. Já no que diz respeito ao arquivo, a situação foi muito grave. Durante a guerra perderam-se muitos livros ou simplesmente os registos deixaram de se fazer. Era também corrente os mesários, nomeadamente o escrivão e o tesoureiro, levarem os livros de registo para suas casas, para mais comodamente os irem actualizando. Por incuria ou por qualquer outro motivo muitos livros referentes a este período desapareceram, permanecendo a dúvida sobre o seu rasto.

<sup>16</sup> Acerca da construção da igreja nova da Misericórdia de Valadares leia-se M. Araújo, “A memória da Santa Casa da Misericórdia de Valadares (séculos XVII-XVIII)”, em J. Capela (dir.), *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758...*, pp. 154-155.

<sup>17</sup> Para esta confraria veja-se J. Carvalho, *Santa Casa da Misericórdia de Almeida. Apointamentos Histórico.*, s. l., s. e., 1971, p. 3.

Em Monção, a situação surge-nos um pouco mais clara, sobretudo pelas precauções que ao longo dos séculos seguintes se tomaram com o cartório, mas também através das menções que sobre o facto foram deixadas. No tempo da:

[...] Guerra da aclamação foy esta mesma Santa Caza aruinada e destruida com as batarias que a dita praça velha fizerão os castelhanos que queimarão e usurparão os mesmos títulos e livros, ficando esta Santa Caza em total decadência <sup>18</sup>.

Os efeitos do conflito foram devastadores. De tal forma ficou marcado nas memórias dos confrades que se alterou profundamente a forma de encarar o cartório. Os confrades de Monção entenderam a necessidade de cuidar da sua memória e preservaram com mais cuidado o seu arquivo.

Depois da experiência vivida e perante assuntos que necessitavam de aprovação, como era o de manter actualizada a lista de rendeiros e de devedores de dinheiro a juro ou mesmo fazer prova em tribunal de causas em julgado, a irmandade decidiu tomar algumas precauções com as suas fontes e dispensou maior atenção aos livros de registo.

Assinale-se que, à semelhança do que se verificou em Vila Viçosa, também em Monção faltam os livros referentes ao período da guerra. Existe apenas um livro de defuntos que cobre parcialmente o tempo do cerco, pois termina precisamente dois meses antes da vila ter sido ocupada em Fevereiro de 1659.

Terminado o conflito, foi altura ainda de se começarem novos livros de registo, com particular destaque para o sector das cobranças de foros e juros. Também nos livros de receita e despesa se iniciou uma nova série.

Mas se a Misericórdia de Monção foi particularmente tocada pela guerra, não foi a única instituição da vila a sofrer os seus efeitos em termos documentais. Também a Câmara foi fortemente penalizada e viu parte do seu arquivo ser destruído e levado para locais considerados mais seguros. No final da guerra, o Município constatou a deslocação dos seus documentos para outros concelhos e tentou resgatá-los <sup>19</sup>.

<sup>18</sup> ASCMM, *Tombo dos bens e propriedades...*, fol. 13v.

<sup>19</sup> Ao saber que livros do seu arquivo se encontravam nos Municípios de Trancoso e de Lamego, a Câmara de Monção procurou em 1673 que os mesmos regressassem à vila. Veja-se J. Gomes, “Para a pequena história de Monção”, *Arquivos do Alto Minho* 27/29 (Viana do Castelo 1982), p. 103.

Os conventos femininos ficaram vazios e as freiras puseram-se em marcha para Braga, por neste local não ter havido combates. A Matriz sofreu vários estragos em consequência das ofensivas da

[...] guerra da ultima Aclamação passada bateram a dita igreja com a artilharia com a que só quatro balas ofenderam as duas capelas do glorioso São João Batista e o glorioso São Sebastião que lhe escalabraram algumas pedras e uma bala entrou mais de dous palmos dentro da parede que a não serem huma e outra de forte cantaria e seguras abobedas seriam postas por terra <sup>20</sup>.

As consequências foram enormes, tocaram vários sectores e preocuparam muito os irmãos. Com a perda do arquivo apagou-se a memória de aspectos vitais da confraria.

O escrivão da Santa Casa de Monção de 1668 assumiu ficarem

muitas dividas e juros que não se poderão cobrar e ficão em cadernos no principio deste libro deputados para este efeito somente pera com mais clareza se poderem cobrar pela muita confusão que com a bariedade dos tempos se acharão as contas e rois desta Santa Caza <sup>21</sup>.

A variedade dos tempos podia ajudar a explicar a falta de pagamentos, mas estamos certos que não foi a única causa responsável pelo estado em que estes se encontravam.

A confusão, a desordem, a falta de conhecimento exacto das receitas e das despesas, o desaparecimento quase total do arquivo e a instabilidade física e psicológica provocadas pela guerra tiveram efeitos muito negativos em todos os sectores da instituição. Deve ainda considerar-se o desaparecimento de alguns irmãos nobres que tomaram na guerra à frente de corpos militares. Alguns tinham sido provedores e escrivães, isto é, homens conhecedores do estado das finanças da instituição.

O estado em que muitas propriedades ficaram com a guerra obrigou a confraria a fazer novas avaliações. A Santa Casa mandou, em 1678, dois peritos avaliarem a situação em que se encontravam as suas propriedades. A vinha que Juliana Fernandes e seu marido tinham arrendado à confraria estava nessa data

<sup>20</sup> A descrição é feita pelo pároco da Matriz em 1758. Confira-se J. Capela, *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 401.

<sup>21</sup> ASCMM, *Livro de receitas e despesas 1668-1681*, nº 18, fol. 2v.

“a maior parte della metida na fortificação des o tempo que esta prasa se perdeo”<sup>22</sup>. Face à imprecisão e à alteração a que os limites da propriedade foram sujeitos, foi necessário proceder a nova medição para em conformidade estabelecer a renda. Concluiu-se que a “terra não era tão boa” como antes do conflito e, em consequência, foi reduzido um alqueire na renda<sup>23</sup>. Consequências da guerra que obrigaram a Santa Casa a reavaliar as suas propriedades e a recuar na cobrança das rendas e pensões.

Deve ainda referir-se que a construção da muralha reduziu as propriedades da confraria. Também a vinha que Brás da Cunha e seu irmão traziam aforada “se tomou por ordem del Rei para a fortificação”<sup>24</sup>.

Para além dos efeitos directos, a Santa Casa minhota viu-se ainda confrontada com a enorme dificuldade dos seus foreiros pagarem os foros. Em 1644, e perante a incapacidade de cobrar as dívidas, a confraria pediu e obteve de D. João IV a prerrogativa de as cobrar como se tratassem de fazenda real. O monarca ordenou que

[...] as dívidas que até agora e ao diante deverem e as suas esmolos e fazendas que lhe forem deixadas se possam executar dos devedores e pessoas que a isso forem obrigadas naquela forma e maneira em que os meus almozarifes e recebedores por bem do regimento da minha fazenda podem executar e arrecadar as rendas e dividas que a ela pertencem e isto enquanto sim eu o houver por bem e não mandar o contrario<sup>25</sup>.

Apesar do atraso não constituir novidade, a ocupação e a presença dos exércitos arrastou a região para uma situação muito difícil<sup>26</sup>.

Semelhante pedido foi feito ao rei pela Misericórdia de Vila Viçosa em 1641, tendo o monarca despachado que as rendas e dívidas da confraria fossem cobradas “como se arrecadam as da fazenda real”<sup>27</sup>. Ou seja, para o mesmo mal foi recomendado o mesmo remédio.

<sup>22</sup> ASCMM, *Livro do capital de pensões 1678-1685*, fol. 7.

<sup>23</sup> ASCMM, *Livro dos Foros e Pensões 1686-1710*, n.º 36, fol. 7.

<sup>24</sup> ASCMM, *Livro dos Foros e Pensões 1686-1710*, n.º 36, fol. 14.

<sup>25</sup> ASCMM, *Tombo dos bens e propriedades...*, fol. 18-18v; IANTT, *Chancelaria de D. João IV*, livro n.º 18, fol. 104.

<sup>26</sup> Veja-se A. Rodríguez Sánchez, “Guerra, Miséria y Corrupción en Extremadura, 1640-1668”, en *Estudios dedicados a Carlos Callejo Serrano*, Cáceres 1979, pp. 45-49.

<sup>27</sup> ASCMVV, 375/VAR. 11, Maço n.º 15.

A penúria em que o reino se arrastava desde a década de vinte<sup>28</sup>, transformou-se nos locais de guerra em miséria e corporizou um fim de século com muitas dificuldades, quer em Monção, quer em Vila Viçosa. Os prejuízos causados à economia das regiões envolvidas, os roubos, as destruições de culturas, de habitações e de outros bens não apenas contribuíram para alastrar o terror nas populações como espalharam a penúria e a miséria em ambos os lados da fronteira<sup>29</sup>. Por outro lado, assistiu-se à uma profunda desorganização económica e administrativa.

Os livros dos foros e pensões de finais do século XVII de Monção demonstram o atraso que existia no seu pagamento, em alguns casos justificado com a situação em que as propriedades ficaram no pós-guerra.

O longo período de 28 anos que durou o conflito, embora nem sempre com a mesma intensidade e composto por actividades ofensivas e defensivas, provocou igualmente danos na população que se via sobrecarregada de obrigações e até com novos impostos<sup>30</sup>. O agravamento das condições de vida advinha ainda de outros encargos: participação nas milícias e requisição de abastecimentos e bens para o exército. Casas, carros, animais foram tomados para a manutenção do corpo militar. Como se compreende, estas requisições desagradavam às populações, tendo os procuradores das Cortes de 1653-54 de Monção solicitado que os governadores das praças não mandassem os soldados buscar os lavradores e os seus carros e que esta acção fosse efectuada pela Câmara<sup>31</sup>. Desta forma, evitar-se-ia a humilhação de serem coagidos por uma força externa.

<sup>28</sup> Para este assunto consulte-se A. de Oliveira, *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no Século XVII*, Coimbra 2002, pp. 275-610.

<sup>29</sup> Leia-se R. Vieira, *Centros urbanos no Alentejo fronteiriço. Campo Maior, Elvas e Olivença. De inícios do século XVI a meados do século XVII*, Lisboa 1999, pp. 250-251.

<sup>30</sup> Para acudir às necessidades da guerra foi lançada a décima, imposto pago por todos os grupos sociais. Veja-se a propósito J. Magalhães, “Dinheiro para a guerra: as décimas da Restauração”, *Hispania* 216 (Madrid 2004), pp. 157-182.

<sup>31</sup> Veja-se F. Costa, “As forças sociais perante a guerra: as Cortes de 1645-46 e 1653-54”, *Análise Social* XXXVI (Lisboa 2002), p. 1161.

*O tratamento e o enterro de militares*

Frente à inexistência de hospitais para militares, foi às portas das Misericórdias que a Coroa bateu para conseguir dar resposta aos feridos e doentes da guerra. Para além dos ferimentos causados pelos combates, a debilidade em que os soldados se encontravam, provocada em alguns momentos pela carência de alimentos, facilitava o alastramento das doenças entre os aquartelados<sup>32</sup>.

Como se verificará, a situação de cada Santa Casa, ou seja, ter ou não hospital, a dimensão e capacidade da própria unidade de saúde condicionará a solução adoptada em cada localidade.

Em Vila Viçosa, como existia um hospital bem apetrechado e de grandes dimensões, foi possível realizar um contrato com a Coroa para nele se tratarem os feridos e doentes da guerra.

O tratamento de militares efectuou-se nas Misericórdias sempre que foi possível chegar a contento com a Coroa e mediante a assinatura de um contrato onde se estabeleciam as cláusulas de funcionamento.

O hospital da Misericórdia de Vila Viçosa tinha sido integrado na Santa Casa em 1525 através de um alvará que D. João III concedeu ao duque de Bragança, autorizando a passagem dos hospitais do seu senhorio para a administração das Misericórdias. Apesar de ser incorporado, os duques mantinham uma relação muito próxima com a Misericórdia e beneficiaram sempre o hospital, aliás, como a própria Santa Casa.

O acordo assinado entre a Misericórdia de Vila Viçosa e a Coroa realizou-se em 1660 e instituía que fossem curados no seu hospital os militares aquartelados na vila, os enfermos de Borba, Alandroal, Terena e Monsaraz, vilas vizinhas da sede da Casa de Bragança. Competia à Coroa pagar ao médico, cirurgião, barbeiro e capelão, fazendo-o mediante certidão passada pela confraria onde atestava o serviço prestado. A Coroa pagava também as contas da botica e os salários de todos os outros servidores envolvidos no tratamento dos militares. Estipulava-se ainda que o rei mandaria entregar 100 camas novas aparelhadas e que todos os anos as reforçaria com mais dez camas novas. O exército pagaria à

<sup>32</sup> O exército não sofria apenas de falta de munições. Os soldos estavam quase sempre atrasados e existia também carência de alimentos, causando penúria e miséria. Leia-se V. Guimarães, “As Finanças na Guerra da Restauração”, *Revista Militar* (Lisboa 1951), pp. 412-413.

Misericórdia dois vinténs diários por cada militar internado e a Santa Casa podia solicitar fornecimento de trigo ao vedor geral sempre que necessitasse, pagando-o a 220 réis o alqueire. O contrato integrava ainda uma cláusula que permitia à Misericórdia desvincular-se desta obrigação caso as contas não fossem pagas em Vila Viçosa<sup>33</sup>.

A assinatura do acordo foi precedida de diligências entre a Coroa e a Santa Casa. Na carta enviada aos confrades de Vila Viçosa por D. Luísa de Gusmão, em Julho de 1658, deram-se a conhecer as iniciativas da Coroa junto de vários hospitais da região por “haver muitos feridos” de guerra e solicitou-se aos confrades para “recolher com a charidade e bom tratamento que se deve aos que aly vos remeterem”, por ser “grande serviço de Deus e da Republica”<sup>34</sup>. Em Agosto do mesmo ano, na missiva chegada da rainha era solicitado à Santa Casa para proceder às despesas necessárias com os militares enfermos e ao envio das contas para serem liquidadas<sup>35</sup>.

Depois de se ter desembaraçado da Guerra dos Trinta Anos e resolvida a questão da Catalunha, a Espanha reagrupou forças e investiu contra Portugal, desferindo grandes ofensivas que iriam durar de 1661 a 1665, sentidas mais fortemente no Alentejo.

Quer Vila Viçosa, quer as terras vizinhas serviram de palco às investidas do exército castelhano, o qual destruiu e saqueou Borba e Juromenha em 1662, e tomou Vila Viçosa, em 1665.

A vila preparou-se para o embate, reforçando o corpo de militares. A companhia de auxiliares de Vila Viçosa do capitão Rui Francisco de Araújo foi arrematada em 1664, por ordem do Marquês de Lavradio, capitão geral daquele exército. Nesta altura, Cristóvão de Brito Pereira era mestre de campo e governador da praça. Apesar de não existir muita informação que permita analisar os homens que compunham o exército português, sabe-se que a idade média dos

<sup>33</sup> A análise deste contrato encontra-se em M. Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: a Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVII)*, Barcelos 2000, pp. 189-190. Embora todos os pontos do acordo fossem muito importantes, o último assumiu relevância, face ao incumprimento verificado em alguns momentos. Para cobrar os gastos efectuados, a Santa Casa teve de várias vezes fazer deslocar um cobrador a Elvas e a Estremoz, facto que lhe desagradava e causava atritos com a Coroa.

<sup>34</sup> ASCMVV, 365/ VAR. 1, Maço nº 1.

<sup>35</sup> ASCMVV, 365/ VAR. 1, Maço nº 1.

elementos desta companhia era de 25,5 anos e que as idades reais oscilavam entre 16 e 38 anos. Eram maioritariamente solteiros e destes nada se conhece sobre as suas profissões. Já no que se refere aos casados foi referido serem tecelões, sapateiros, alfaiates, “trabalhadores”, espingardeiros, confeiteiros, barbeiros, carpinteiros e torneiros. Homens dos ofícios, de quem se menciona também o tom de pele, a cor do cabelo e o estado da barba<sup>36</sup>.

Quando o exército espanhol chegou, a vila estava deserta à semelhança do panorama que encontrou em Borba.

Vila Viçosa foi muito afectada, porque foi ocupada e bombardeada: os conventos foram ocupados, saqueados e destruídos<sup>37</sup>; as igrejas Matriz e de São Bartolomeu foram saqueadas e danificadas, o hospital da Misericórdia foi transformado em “hospital de sangue” e o Palácio Real serviu de quartel-general ao Marquês de Caracena. Também as casas particulares foram arrombadas e roubadas pelos soldados, enquanto outras foram coagidas a receber soldados<sup>38</sup>. O resultado do combate foi de muitos feridos e mortos nas duas frentes de combate<sup>39</sup>.

O sucesso alcançado pelos portugueses na batalha de Montes Claros ao qual se juntaram outros combates vitoriosos (linhas de Elvas em 1659, Ameixial em 1663 e Castelo Rodrigo em 1664) pressionou um acordo entre as partes beligerantes<sup>40</sup>.

A assinatura do contrato entre a Coroa e a Misericórdia, celebrado como se disse em 1660, deve integrar-se não apenas no contexto político-militar em que foi assinado, mas também no tipo de relações existentes entre a Misericórdia e a Casa de Bragança.

<sup>36</sup> Arquivo Municipal de Vila Viçosa, *Lista dos officiaes e soldados desta companhia de auxiliares – assinados que erão como os que de novo fês Christovão de Brito Pereira*, nº 25, fols. 1-56.

<sup>37</sup> O convento de São Paulo recolheu algumas pessoas da vila e os pobres que estavam no seu alpendre.

<sup>38</sup> Consulte-se J. Espanca, *Memórias de Vila Viçosa...*, 8, pp. 37-63.

<sup>39</sup> J.J. da R. Espanca, *Memórias de Vila Viçosa...*, 8, pp. 19, 26, 37-43; L. de Menezes, *Historia de Portugal Restaurado*, tomo IV, Lisboa 1759, p. 331.

<sup>40</sup> Sobre este assunto confira-se N. Monteiro, “A Guerra da Aclamação”, em M. Barata, N. Teixeira (dirs.), *Nova História Militar 2* (Lisboa 2003), p. 280; “La guerra de la restauração en la fronteira”, in *Fronteira 51* (Minas Gerais 2002), pp. 17-18.

A necessidade de consolidação da independência tornava-se num serviço à República e foi assim que a assinatura do contrato com a Coroa foi entendida pelos confrades de Vila Viçosa.

Por outro lado, a Misericórdia manteve desde sempre uma relação privilegiada com os duques, estabelecendo um relacionamento estruturado verticalmente, cabendo aos duques o direito de ordenar e à confraria o dever de obedecer. Esta relação recua provavelmente à sua fundação e âncora no facto de ser uma confraria do senhorio da Casa de Bragança, onde as relações se estruturavam com base na obediência e na lealdade para com o senhor, em troca de um conjunto alargado de benefícios <sup>41</sup>.

Como já referimos não existem livros de registo de doentes em Vila Viçosa para o período da guerra, mas os pagamentos feitos em 1666 pelo pagador geral do exército ao escrivão da Casa atestam os serviços prestados pela Misericórdia aos militares nos anos anteriores. Nestas contas entraram as “galinhas e doces que se haviam dado atrasados de outro escrivão da mesa”, produtos que integravam a alimentação dos soldados internados <sup>42</sup>.

Como consequência deste contrato, o hospital de Vila Viçosa permanecerá ao longo das últimas décadas do século XVII e no século XVIII cheio de soldados, obrigando a confraria a tratar em vários períodos os doentes pobres em suas casas.

A Misericórdia de Monção só construiu um hospital em 1803. Até meados do século XVII serviu-se da gafaria que incorporou para ajudar os lázaros e aí receber também alguns doentes, sobretudo quando os gafos desapareceram. Era um espaço muito pequeno e não reunia condições para curar militares, tanto mais que durante a guerra terá entrado em ruína e, em consequência, foi desactivado.

O desaparecimento de estruturas assistenciais ou a sua ocupação para outros fins foi também um efeito com que as Misericórdias se confrontaram. A Santa Casa de Valença viu o seu hospital ser ocupado como quartel de soldados, tendo sido impedida de proceder a internamentos hospitalares como era seu desejo <sup>43</sup>.

<sup>41</sup> Para este assunto consulte-se M. Cunha, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa 2000, p. 408.

<sup>42</sup> ASCMVV, DOA. 14, 11°, Maço nº 50.

<sup>43</sup> Os efeitos da guerra da Restauração nas Misericórdias do Alto Minho foram grandes e atingiram vários sectores das suas actividades. Veja-se M. Araújo, “As Misericórdias do Alto Minho no contexto da guerra da Restauração”, *Revista Portuguesa de História XXXVI/1* (Coimbra 2002/2003), pp. 461-473.

Já Caminha e Melgaço assinaram contratos com a Coroa para cuidarem dos feridos de guerra nos seus espaços hospitalares.

A inexistência de um hospital em Monção terá levado a Coroa a montar um hospital real, em 1645, e a entregá-lo aos religiosos de São João de Deus. Esta estrutura estava instalada no início do século XVIII numas casas alugadas à Misericórdia e situada na rua Direita da vila.

Apesar de não estar dotada de uma unidade de tratamento, a confraria ajudava os doentes em casa, mandando o seu médico ou cirurgião visitar os enfermos e contribuindo com esmolas para se restabelecerem.

No Minho, foram edificados e entregues aos hospitaleiros de São João de Deus hospitais reais em Viana da Foz do Lima, Ponte de Lima, Vila Nova de Cerveira, Valença e Monção<sup>44</sup>. Com esta iniciativa, a Coroa munuiu estas praças de instituições para tratar os feridos de guerra, respondendo a uma das necessidades do conflito<sup>45</sup>.

Apesar de possuírem um hospital onde se podiam curar, em Monção os militares foram também auxiliados enquanto pobres pela Misericórdia. Assim, em 1674, a Santa Casa mandou “hum soldado doente que hia pera o espital de Braga”, pagando-lhe a deslocação até aos Arcos de Valdevez e, em 1690, ajudou outro militar com 120 réis por estar enfermo “de huam seatica”<sup>46</sup>.

Esta atitude da Santa Casa deve ser integrada numa acção mais alargada de ajuda a pobres desamparados.

Os mortos de guerra constituíam outra preocupação. Não se conhecem acordos celebrados pela Coroa com as Misericórdias para estes serviços, mas é certo que elas se envolveram no enterro de militares. Aconteceu em Monção e em Vila Viçosa, sendo possível prová-lo através das fontes existentes<sup>47</sup>.

O envolvimento das duas confrarias nesta tarefa foi grande, mas em Monção encontra-se melhor documentada. Os registos de militares mortos coincidem

<sup>44</sup> Leia-se M. Gaião, “A Ordem Hospitaleira nos serviços de saúde continentais”, in *São João de Deus. Homenagem de Portugal ao seu glorioso filho 1550-1950*, Lisboa 1950, p. 231.

<sup>45</sup> Sobre os hospitais de campanha criados aquando da guerra da Restauração consulte-se A. Moutinho, “Reais Hospitais Militares de S. João de Deus e a defesa do Alentejo”, *Almorsor* 5, 2ª série (Montemor-o-Novo 2006), pp. 76-77.

<sup>46</sup> ASCMM, *Livro de receita e despesa 1679-1710*, nº 19, fol. 205.

<sup>47</sup> ASCMM, *Livro dos defuntos 1641-1659*, não paginado.

com os períodos dos ataques, sendo que em 1658 e em Janeiro de 1659, o volume de defuntos militares ultrapassou muito o dos civis.

Todavia, desde 1641 que existem menções no cartório da Santa Casa referentes a enterros de militares. O ano de 1643 registou uma grande subida nos sepultamentos de membros do exército, como consequência das lutas travadas e da tomada pelos portugueses de Salvaterra, terra galega situada na outra margem do rio Minho. Neste campo, a Misericórdia não atendeu ao facto de serem portugueses ou não. Em 1647, sepultou António dos Prazeres “presioneiro galego”<sup>48</sup> e em 1650 “hum soldado galego”, no adro da sua igreja<sup>49</sup>. No âmbito desta obra de caridade, deu também sepultura aos soldados portugueses mortos em Salvaterra. Assim, em 1651, “foi ha irmandade desta Santa Caza à barca de Salvaterra e trouxe a enterrar ao mosteiro de Sam Bento a Gavriel de Brito”<sup>50</sup>. A vila minhota estabelecia ligação com a Galiza através de uma barca.

Por outro lado, a composição do exército português ajuda a compreender o desfecho trágico de alguns dos seus membros. Poucos nobres tinham formação militar e experiência efectiva no teatro de guerra, facto que em algumas circunstâncias foi fatal.

Em Setembro de 1658, a Santa Casa de Monção enterrou o capitão José Pereira de Caldas, filho do escrivão desse ano, que faleceu no “tempo do sitio”, ou seja, quando a vila esteve cercada. No registo que efectuou da morte do seu filho, o escrivão mencionou desconhecer o dia do seu falecimento “por eu não estar ao tempo pera fazer este asento por elle ser meu filho unico e mo traserem ja morto de hua vala do enemigo”<sup>51</sup>. Este capitão tinha apenas 18 anos, quando morreu em combate. A participação do escrivão no teatro de guerra impossibilitou-o também de efectuar o registo em tempo oportuno, tendo-o feito mais tarde.

Atirado para as fileiras da batalha, este como outros fidalgos reuniam pouca ou nenhuma experiência no campo de batalha, tornando-se presas mais fáceis e, por isso, sucumbiram em combate.

<sup>48</sup> ASCMM, *Livro dos defuntos 1641-1659*, não paginado.

<sup>49</sup> ASCMM, *Livro dos defuntos 1641-1659*, não paginado.

<sup>50</sup> ASCMM, *Livro dos defuntos 1641-1659*, não paginado.

<sup>51</sup> ASCMM, *Libro que serve dos Assentos dos irmãos desta Santa Caza da Miziricordia desta villa de Monção 1670*, n.º 42, fol. 119.

O maior número de mortos ocorreu por ocasião do cerco montado pelos espanhóis a Monção entre 1658 e 1659. Para aguentar o embate era preciso reforçar a defesa da vila, por ser “maior o perigo, e o trabalho, porque os mortos e feridos erão muitos, [e] as doenças grandes”<sup>52</sup>. Nos tempos de maior ofensiva militar tombaram alguns dos mais importantes homens da Misericórdia. Em Novembro de 1658, morreu o capitão Felix Pereira de Castro, irmão que ocupou os cargos mais importantes da instituição. Muitos outros mortos e feridos estavam inscritos na lista de irmãos da confraria.

A intensidade da campanha, quer no Minho, quer no Alentejo, acarretou a fuga de muitos soldados, doenças e muitas perdas<sup>53</sup>.

Com a capitulação de Monção foi mais fácil a progressão do exército espanhol no território minhoto. Todavia, a actividade bélica dos espanhóis foi sustida com os reforços entretanto chegados do Alentejo<sup>54</sup>.

As Misericórdias, quer de Vila Viçosa, quer de Monção enterravam os militares nas suas igrejas ou em outros templos das respectivas vilas. Sabemos pouco sobre o que se passou na vila alentejana no momento da batalha de Montes Claros, mas em Monção, na ocasião do cerco, os soldados foram enterrados quase sempre no adro da igreja da confraria ou então dentro da sua igreja, mediante o pagamento deste serviço, enquanto os oficiais foram sepultados ou dentro da igreja ou nos restantes templos. O preço pago pelo enterro dos soldados era inferior ao dos restantes mortos, sugerindo tratar-se de uma acção feita em torno da causa nacional.

### *A presença de militares nos cargos de gestão*

A presença mais evidente dos militares nestas instituições decorre do facto de estarmos perante terras de fronteira, como já tivemos ocasião de sublinhar.

<sup>52</sup> Consulte-se L. de Menezes, *Historia de Portugal Restaurado...*, III, pp. 183-184.

<sup>53</sup> Veja-se F. Costa, *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Lisboa 2004, pp. 82-83.

<sup>54</sup> Sobre este assunto confira-se J. Capela, “A Guerra da Aclamação”, in J. Capela (coord.), *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga 2005, pp. 634-635.

A necessidade de fortalecer militarmente estas regiões levou ao aparecimento de praças fortes ao longo da linha de separação com Espanha e à presença militar. Esta situação tornou-se permanente e foi reforçada em períodos de beligerância, fazendo com que nessas terras os militares fossem integrados no tecido social, quer do lado português, quer do espanhol<sup>55</sup>.

Monção e Vila Viçosa encheram-se de soldados a partir de 1640, por força da necessidade de defesa.

Muitos dos naturais e dos arredores foram arregimentados, mas a maioria dos militares que estiveram em Monção e em Vila Viçosa eram de fora. As Santas Casas eram conhecedoras desta situação, mas nunca a invocaram para afastar os militares das suas fileiras. Pelo contrário, serviam-se destes homens que sabiam residentes temporariamente para se revigorarem. A situação é tanto mais clara em Vila Viçosa, quanto após a partida do duque D. João II para a capital onde ocupou a Coroa<sup>56</sup>, muitos dos seus homens partiram com ele para Lisboa, ficando a confraria desfalcada dos *melhores*.

O ritmo de entrada dos militares nestas Santas Casas esteve associado aos conflitos bélicos e denuncia a maior ou menor necessidade de soldados em termos locais.

Em Monção, como os livros se perderam quase todos, foi necessário lançar novas séries e copiar alguns dos que restavam, por se encontrarem em mau estado. O livro dos irmãos foi copiado e muitos confrades foram reinscritos, por não haver registo da sua entrada. Assim, logo em 1670, procedeu-se a esse trabalho, verificando-se que muitos dos que de novo se alistaram já eram seus membros durante o período da guerra da Restauração.

A inscrição dos militares nas vilas minhota e alentejana foi feita ao ritmo dos conflitos bélicos. Nos primeiros anos do século XVIII, altura da guerra da Sucessão de Espanha (1704-1712), as confrarias aceitaram novamente membros do corpo militar. O aparecimento de novas inscrições em número significativo fez-se de novo na década de cinquenta do século XVIII, período coincidente com a guerra dos Sete Anos (1756-63) e em finais do século XVIII, quando se começaram a temer os exércitos napoleónico e espanhol.

<sup>55</sup> Leia-se J. Carrasco, “Notas para un estudio sobre las migraciones y la movilidad geográfica en el entorno extremeño (1500-1860)”, *Revista de Demografía Histórica XXI/I* (Barcelona 2003), p. 83.

<sup>56</sup> Sobre o momento político que levou o duque D. João IV de Vila Viçosa para Lisboa onde foi aclamado rei consulte-se L. Costa e M. Cunha, *D. João IV*, Lisboa 2006, pp. 81-83.

Apesar de nestes períodos se reforçar o contingente militar nas confrarias, deve esclarecer-se que, durante todo o século XVIII, se registaram novos membros militares nestas Misericórdias. Monção e Vila Viçosa tinham um corpo defensivo permanente, o que explica a presença de tantos militares nas Santas Casas. Capitães, coronéis, mestres de campo e governadores das praças integravam ambas as Misericórdias.

Alguns destes militares eram oficiais e titulados. Eram fidalgos da Casa Real e cavaleiros da Ordem de Cristo. Como a grande maioria estava nas vilas destacados, passado algum tempo eram novamente deslocados e abandonavam estas praças. Deixavam de figurar também nas confrarias, passando a registar-se as suas ausências. A Santa Casa de Monção reconhecia a partida de muitos dos seus homens e frequentemente anotava que desconhecia o paradeiro de alguns há muito tempo.

Quer em Monção, quer em Vila Viçosa, foi quase sempre na constituição dos corpos gerentes que a presença dos militares foi mais notória. Os membros do exército, sobretudo os oficiais, ocuparam os lugares de gestão mais importantes, materializando o prestígio de que gozavam dentro e fora da instituição. Eram homens poderosos, alguns moradores na terra e arredores, outros não. A presença do corpo defensivo na Mesa foi quase permanente ao longo do século XVIII, assumindo em alguns anos uma força impressionante. Foi entre os irmãos nobres da Mesa que o exército se manteve mais presente nos órgãos de poder nas Santas Casas<sup>57</sup>.

Confrontadas com a guerra da Restauração, as Misericórdias de Vila Viçosa e Monção conheceram o quotidiano do conflito em várias vertentes e de maneira diferenciada. Enquanto em Vila Viçosa, a guerra se fez sentir mais dentro de portas com a presença dos militares no seu hospital e com os militares no seu corpo de irmãos, não deixando todavia, de perder uma parte muito importante do seu arquivo, a Santa Casa de Monção registou efeitos diferentes. A confraria da vila minhota assistiu à forte destruição do seu património urbano, ao ponto de se ter visto obrigada à construção de um novo complexo arquitectónico, mas também a alterações no património rústico. Viu ainda o seu cartório ser destruído e tal como em Vila Viçosa presenciou a participação dos seus membros no teatro da guerra.

<sup>57</sup> Quadro semelhante ao conhecido para Vila Viçosa. Veja-se M. Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, pp. 95-97.

Uma e outra viram o seu ritmo alterado e marcado pela presença de militares, vivos ou mortos, a quem socorreram na doença ou sufragaram a morte e sepultaram.

O ritmo foi ainda alterado pelo ingresso dos militares no corpo das duas confrarias. A partir de então, ambas as Misericórdias se encheram de militares e assistiram à sua escalada nos seus órgãos de poder. Tempos em que as guerras se infiltravam nas instituições, deixando marcas na sua memória colectiva.